

**Ocorrência de matrículas de ingressante autodeclarado com deficiência na Universidade  
Federal do Pampa**

**Occurrence of self-reported enrollment with disabilities at the Universidade Federal do  
Pampa**

**La ocurrencia de registros de ingresantes autodeclarados con discapacidad en la  
Universidade Federal do Pampa**

Recebido: 22/09/2020 | Revisado: 29/09/2020 | Aceito: 19/10/2020 | Publicado: 21/10/2020

**Carlos Eduardo Benites Fagundes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0497-3075>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: [carlooseduardobfagundes@gmail.com](mailto:carlooseduardobfagundes@gmail.com)

**Maristela Cortez Sawitzki**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1172-6814>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: [maristelacsw@gmail.com](mailto:maristelacsw@gmail.com)

**Mariana Nicorena Morari**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9050-4397>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: [mari\\_morari@hotmail.com](mailto:mari_morari@hotmail.com)

**Rafael Roehrs**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2825-2560>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: [rafaelroehrs@unipampa.edu.br](mailto:rafaelroehrs@unipampa.edu.br)

**Resumo**

O presente trabalho teve por objetivo investigar sobre a ocorrência de matrículas de discentes autodeclarados pessoas com deficiência (PcD) na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) com a perspectiva de subsidiar futuros estudos e políticas de inclusão. A metodologia constou de reflexões a partir da compilação de dados relativos ao processo seletivo, período de 2006 a 2018, obtidos junto à Pró-reitoria de Graduação da UNIPAMPA e em sítios eletrônicos dessa mesma instituição. Os resultados expressam que a ocorrência de matrículas de ingressantes autodeclarados PcD, em relação ao número total de matrículas na

UNIPAMPA, relativo ao período do ano de 2006 a 2018, corresponde a 8,64 %. Neste contexto, destaca-se que no período de 2011 a 2014, o índice de ingressantes autodeclarados PcD, em relação ao número total de matrículas foi de 7,40%. Atribui-se tal evento decorrente de políticas de ações afirmativas da UNIPAMPA, com a reserva de cotas para candidatos com deficiência. A partir do ano 2015 ocorreu significativo decréscimo no referido índice, onde a UNIPAMPA passou a ofertar 3.120 vagas totais, com 2,02% destas vagas à autodeclarados PcD, conforme o Termo de Adesão ao SiSU. Considerando o exposto, é possível concluir que as políticas públicas inclusivas nacionais oportunizaram o acesso de PcD ao Ensino Superior, inclusive na UNIPAMPA, no entanto, permanecem os desafios à políticas públicas que regule a formação docente, o desenvolvimento e o acompanhamento didático-pedagógico de demandas de ensino da questão em pauta.

**Palavras-chave:** Políticas de inclusão; Pessoas com deficiência; Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

### **Abstract**

The aim of this paper was the investigation about enrollment of self-reported students with disabilities (PWD) at the Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) with the perspective of supporting future studies and inclusion policies. The methodology consisted of reflections from the data compilation to the selection process, from 2006 to 2018, they are obtained from the Pro-rectory of Graduation of UNIPAMPA and its websites. The results represent the occurrence of enrollments of self-declared enrollees PWD, in relation to the total number of enrollments in UNIPAMPA, for the period from 2006 to 2018, corresponds to 8.64%. In this context, it should be noted that in the period from 2011 to 2014, the self-reported enrollment PWD rate, in relation to the total number of enrollments was 7.40%. This event is attributed to affirmative action policies of UNIPAMPA, with quotas system for candidates with disabilities. It has started in 2015, there was a significant decrease in this index, where UNIPAMPA started to offer 3,120 total vacancies, with 2.02% of these vacancies to self-declared PWD according to the Term of Acceptance to the Student Selection System (SiSU). Considering the above, it is possible to conclude that national inclusive public policies gave access to higher education, including in UNIPAMPA. However, the challenges remain for public policies that regulate teacher education, development and didactic-pedagogical accompaniment of demands of teaching the subject matter.

**Keywords:** Inclusion policies; Disabled people; Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

## Resumen

El presente artículo tuvo como objetivo investigar la ocurrencia de registros de estudiantes autodeclarados personas con discapacidad (PCD) en la Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA) con la perspectiva de subsidiar futuros estudios y políticas de inclusión. La metodología consta de reflexiones a partir de la compilación de datos relativos al proceso selectivo, período 2006 – 2018, junto a la Pro Rectoría de Graduación de la UNIPAMPA y en los sitios electrónicos de la misma institución. Los resultados expresan que la ocurrencia de registros de ingresantes autodeclarados PCD, en relación al número total de registros en la UNIPAMPA, referente al período 2006-2018, corresponde a 8,64%. En este contexto, destacase que el período de 2011-2014, el índice de ingresantes autodeclarados PCD, en relación al número total de registros fue de 7,40%. Atribuyese tal hecho decorriente de las políticas de acciones afirmativas de la UNIPAMPA, con la reserva de cuotas para candidatos con discapacidad. A partir del año 2015 sucedió significativa disminución en el referido índice, en la que UNIPAMPA pasó a ofertar 3.120 cupos totales, con 2,02% de estos cupos a los estudiantes autodeclarados PCD, en conformidad con el Acuerdo de Adhesión al Sistema de Selección (SiSU). Considerando el expuesto, es posible concluir que las políticas públicas inclusivas nacional permiten el acceso de PCD a la Enseñanza Superior, incluso en la UNIPAMPA, aunque, permanecen los desafíos a las políticas públicas que regule la formación docente, el desarrollo y acompañamiento didáctico-pedagógico de demandas de educación del tema en cuestión.

**Palabras clave:** Políticas de inclusión; Personas con discapacidad; Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

## 1. Introdução

A política nacional para a integração da pessoa com deficiência expressa que cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, 1999). Neste contexto, de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, deficiência se caracteriza como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade,

dentro do padrão considerado normal para o ser humano (Brasil, 1999). Amiraliet al (2000) apresenta o conceito de deficiência conforme Internacional Classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease (ICIDH, 1989) como “presença de uma perda ou anormalidade estrutural física, anatômica ou psicológica, de caráter definitivo ou não”.

Entre os diferentes tipos de deficiência, o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, revisando o art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, caracteriza os seguintes tipos de deficiência: a) *física* como a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; b) *auditiva*, a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; c) *visual*, a cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; d) *mental*, o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como, comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho; e) *deficiência múltipla*, a associação de duas ou mais deficiências (Brasil, 2004).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 ainda expressa o conceito de *deficiência permanente* como aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. E o conceito de *incapacidade* como uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (Brasil, 1999).

Com a perspectiva de atender o direito à educação e ampliar a oportunidade de ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro

de 2016 estabelece que em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (Brasil, 2016). A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 estabelece em seu art. 1º que instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que, no preenchimento destas vagas deverá ser observada a reserva de vagas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

O interesse pela temática em pauta surgiu a partir de minha primeira experiência como regente de turma na educação básica, quando um educando teve uma crise, com sintomatologia do Transtorno do Pânico e fiquei sem saber como agir, reconhecendo a minha insuficiente formação docente em relação à questão em pauta. A problemática vivenciada desafiou-me a conhecer, em um primeiro momento, em uma formadora de professores, a ocorrência de matrícula de discentes autodeclarados Pessoa com Deficiência (PcD). Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo sistematizar e refletir sobre a ocorrência de matrículas de discentes autodeclarados PcD, com a perspectiva de subsidiar futuros estudos e informações à política de ensino no que se refere à formação docente e aos desafios de ensinar considerando o contexto de discentes autodeclarados PcD.

## **2. Metodologia**

A metodologia de trabalho constou de pesquisa documental e exploratória conforme Reis (2010), com reflexões a partir da compilação de dados do relatório de matrícula de discentes, relativo ao período de 2006 a 2018, obtidos junto à Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos da referida universidade. A escolha da referida universidade foi em razão de ser a única instituição pública e com cursos de formação de professores na região em que despertou-se para a problemática em pauta.

Destaca-se que a pesquisa exploratória, segundo Reis (2010),

[...] é o primeiro passo de qualquer pesquisa que acontece quando o tema escolhido é pouco explorado e o pesquisador precisa incorporar características inéditas e buscar novas abordagens. Ela é feita por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas, análise de exemplos sobre o tema estudado. (Reis, 2010, p. 64)

O desenvolvimento do trabalho seguiu de acordo com o seguinte encaminhamento:

Em um primeiro momento, foi estabelecido o comparativo de dados referentes ao número de discentes matriculados autodeclarados PcD em relação ao número total de discentes matriculados na UNIPAMPA.

Em um segundo momento, foi estabelecido o comparativo de dados referentes ao número de discentes matriculados autodeclarados PcD em cada *Campus* da referida universidade em relação ao número total de discentes matriculados no respectivo *Campus*.

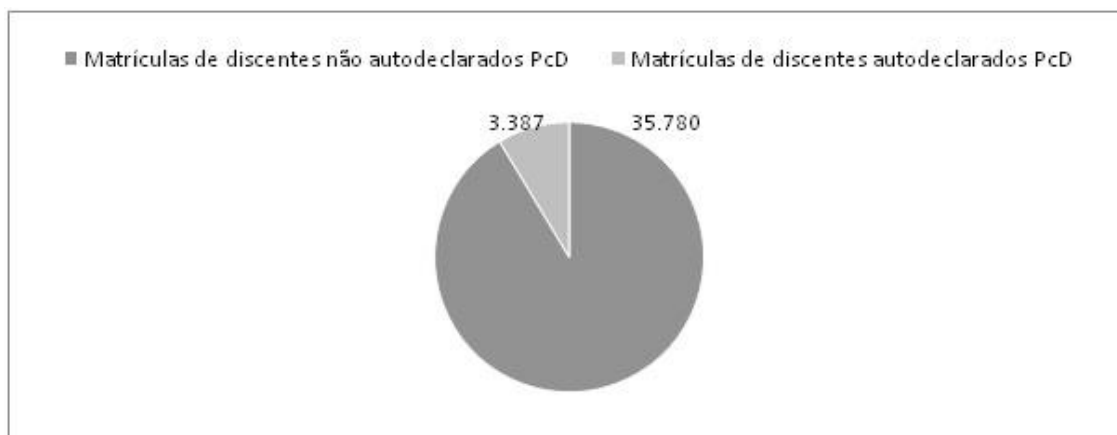
Em um terceiro momento, considerando o número de discentes matriculados autodeclarados PcD, foi estabelecido o comparativo de dados conforme tipos de deficiências (auditiva, física, mental, visual ou outras).

Em um quarto momento, a partir dos dados obtidos na etapa anterior, considerando o número de discentes matriculados autodeclarados PcD, foi estabelecido o comparativo de dados conforme condição acadêmica (concluintes, evadidos ou em curso).

### **3. Resultados e Discussão**

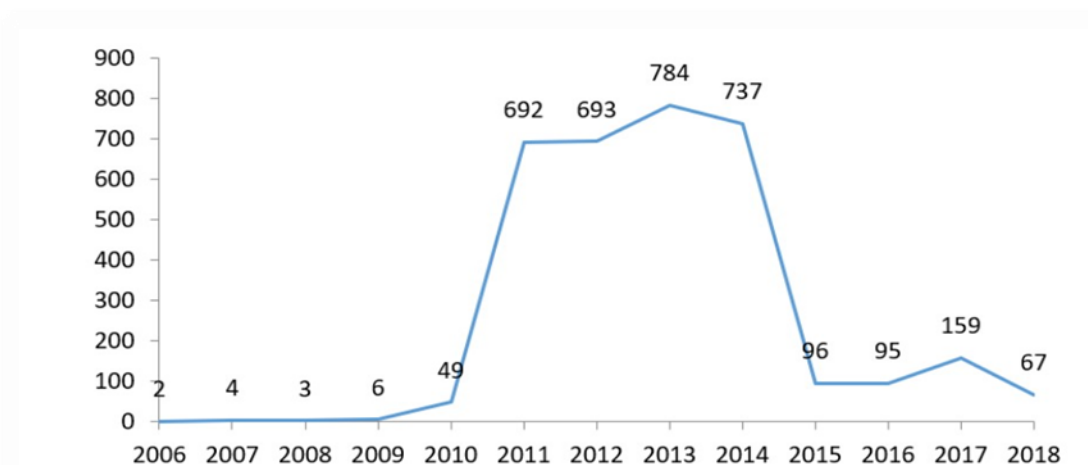
A partir da compilação de dados do relatório de matrículas de discentes na Universidade Federal do Pampa, disponibilizado pela Pró-reitoria de graduação, referente ao período do ano 2006 a 2018, em cursos de graduação e pós-graduação, observou-se o percentual de 8,64 %, relativo ao número de discentes matriculados autodeclarados PcD, conforme ilustra a Figuras 1 e 2.

**Figura 1** - Número total de matrículas e o número total de matrículas de discentes autodeclarados PcD na UNIPAMPA, referente ao período do ano de 2006 a 2018, em cursos de graduação e pós-graduação.



Fonte: Os autores.

**Figura 2** - Número total de matrículas de discentes autodeclarados PcD na UNIPAMPA, referente ao período do ano de 2006 a 2018, em cursos de graduação e pós-graduação.



Fonte: Os autores.

Considerando a graduação, no período de 2006 a 2008, o processo seletivo e respectivas matrículas foi instruído pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), instituições tutoras à criação da UNIPAMPA e responsáveis pela implantação dos primeiros cursos de graduação. Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA, caracterizando sua atuação *multicampi*, com dez (10) unidades universitárias distribuídas na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do

Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Neste contexto, segundo informações obtidas no endereço eletrônico da UNIPAMPA<sup>1</sup>, no período de 2006 a 2010, os processos seletivos de ingresso na graduação foram por vestibular, com a oferta de 850 vagas no ano de 2006, distribuídas em 13 cursos; 580 vagas no ano de 2007, distribuídas em 17 cursos; 890 vagas no ano de 2008, distribuídas em 15 cursos; 2.060 vagas no ano de 2009, distribuídas em 43 cursos e no ano de 2010, 2.465 vagas distribuídas em 50 cursos.

A partir do ano de 2011, a UNIPAMPA aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para processo seletivo da graduação, de acordo com o Termo de Participação SiSU – 3ª edição de 2011<sup>2</sup>, a Universidade ofertou 2.725 vagas distribuídas em 54 cursos de graduação, com a inclusão de ações afirmativas para candidatos com deficiência correspondendo a 5,79% do total de vagas (UNIPAMPA, 2011). Destaca-se que no período de 2011 a 2014, conforme ilustra a Figura 2, ocorreu o maior número de matrículas de autodeclarados PcD relativo aos 12 (doze) anos de processos seletivos e respectivas matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação, correspondendo à 8,12% do número total de matrículas. Atribui-se tal evento decorrente da adesão da UNIPAMPA ao processo SiSU e políticas de ações afirmativas, com a reserva de cotas para candidatos com deficiência. A partir do ano 2015 conforme o Termo de Adesão ao SiSU - 1ª edição de 2015<sup>3</sup>, a UNIPAMPA passou a ofertar 3.120 vagas, distribuídas em 64 cursos de graduação observando-se 2,02% destas vagas destinadas à autodeclarados PcD.

Pieczkowski (2016) quando aborda a avaliação de estudantes com deficiência na educação superior pelo viés da educação inclusiva e as preocupações docentes diante desse desafio, destaca que houve um crescimento significativo no número de pessoas autodeclaradas PcD matriculadas no ensino superior em 10 anos, isto é, de 5.078 em 2003 para 29.034 em 2013, correspondendo um aumento matrículas na ordem de 571,76%, estabelecendo significativos desafios à docência universitária. Neste contexto, corrobora-se com o referido autor, entendendo a importância das instituições de ensino em estabelecer políticas e a regulação em relação à questão em pauta.

Quando foi estabelecido o comparativo entre o número de matrículas de autodeclarados PcD e o número total de matrículas em cada *Campus*, conforme apresentado na Figura 3, observa-se que, no *Campus* Dom Pedrito, o percentual de matrículas de autodeclarados PcD é de 34,75%; no *Campus* São Gabriel, o percentual é de 28,91%; no

<sup>1</sup>[http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat\\_view/39-editais](http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/39-editais)

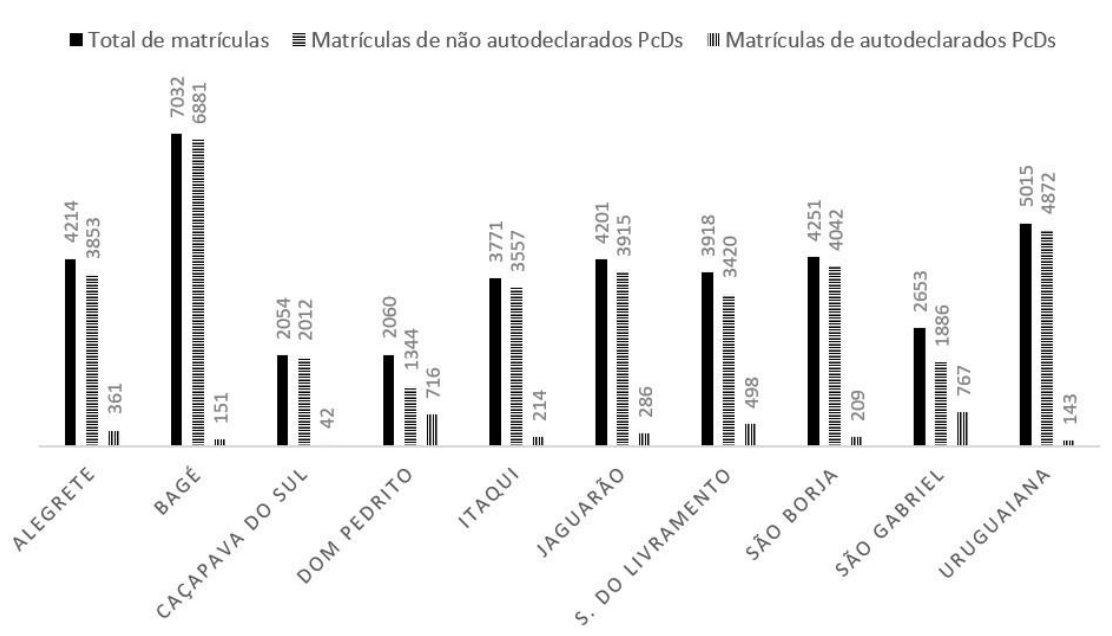
<sup>2</sup> [http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/doc\\_download/669-termo-de-participacao-sisu](http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/doc_download/669-termo-de-participacao-sisu)

<sup>3</sup> [http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2015/06/Termo\\_adesao\\_SISU\\_2015-2.pdf](http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2015/06/Termo_adesao_SISU_2015-2.pdf)



*Campus* Santana do Livramento, o percentual é de 11,71%; no *Campus* Alegrete, é de 8,57%. Em menores valores percentuais, o *Campus* Jaguarão apresenta o percentual de 6,80%; o *Campus* Itaqui, 5,67%; o *Campus* São Borja, 4,91%; o *Campus* Uruguaiana, 2,85%, o *Campus* Bagé, 2,14%; e o *Campus* Caçapava do Sul, 2,04%.

**Figura 3** - Número total de matrículas de autodeclarados PcD e o número total de matrículas em cada *Campus* da UNIPAMPA, relativo ao período do ano de 2006 a 2018, em cursos de graduação e pós-graduação.

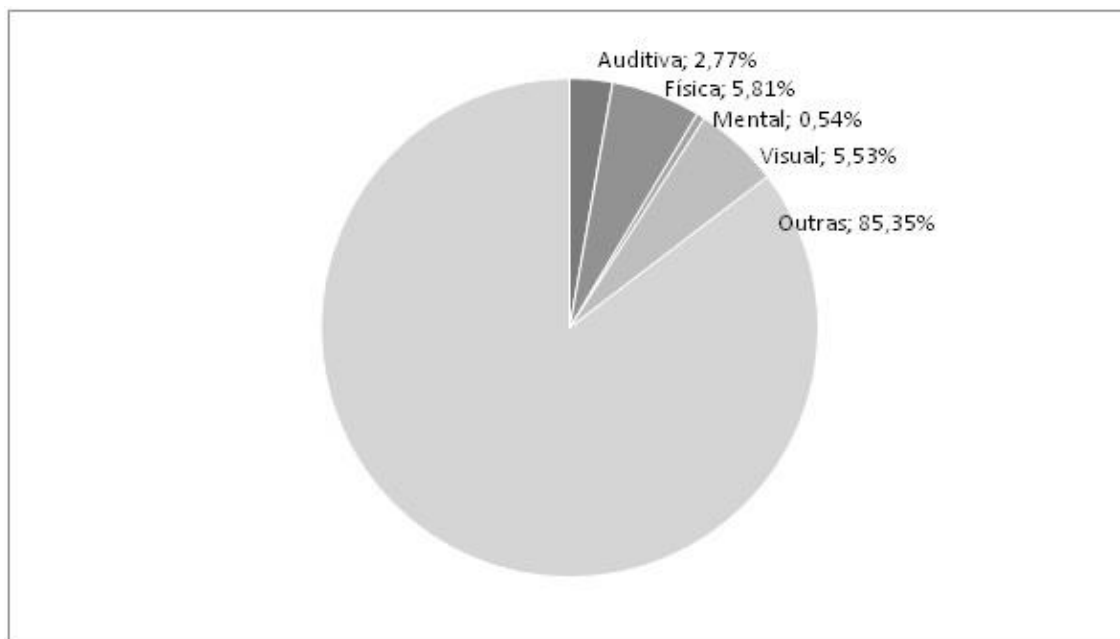


Fonte: Os autores.

Ao observar que a política institucional para ingresso discente na UNIPAMPA é a mesma para todos os *Campi*, entende-se que a expressiva variabilidade de valores percentuais de autodeclarados PcD entre os *Campi* merece estudos com vistas à investigação sobre fatores que determinam tais ocorrências, principalmente em relação aos *Campi* Dom Pedrito, São Gabriel e Santana do Livramento. Sugere-se tal demanda de estudo considerando a importância do planejamento institucional e aplicação de recursos de forma atender especificidades de cada *Campus* em relação à questão em pauta no presente estudo.

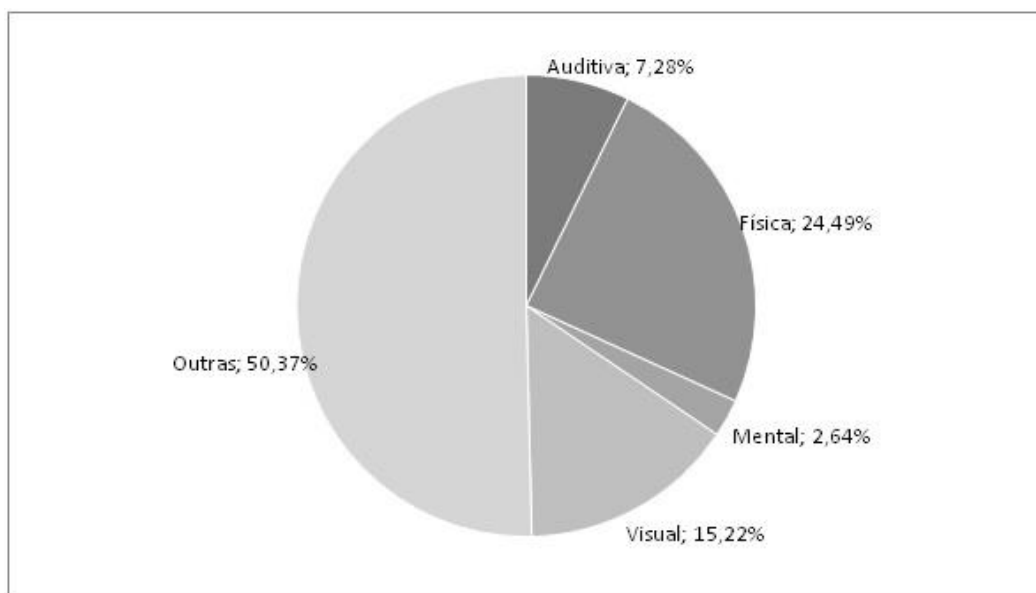
Quando se estratifica os dados de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, conforme Figuras 4 a 13, observa-se que predomina a ocorrência de “outros tipos de deficiência (síndromes e transtornos, como a síndrome do pânico, transtorno do espectro autista e depressão persistente) em relação à ocorrência de auto declaração de deficiência auditiva, física, mental, visual, em cada *Campus* da UNIPAMPA.

**Figura 4.** Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Alegrete da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



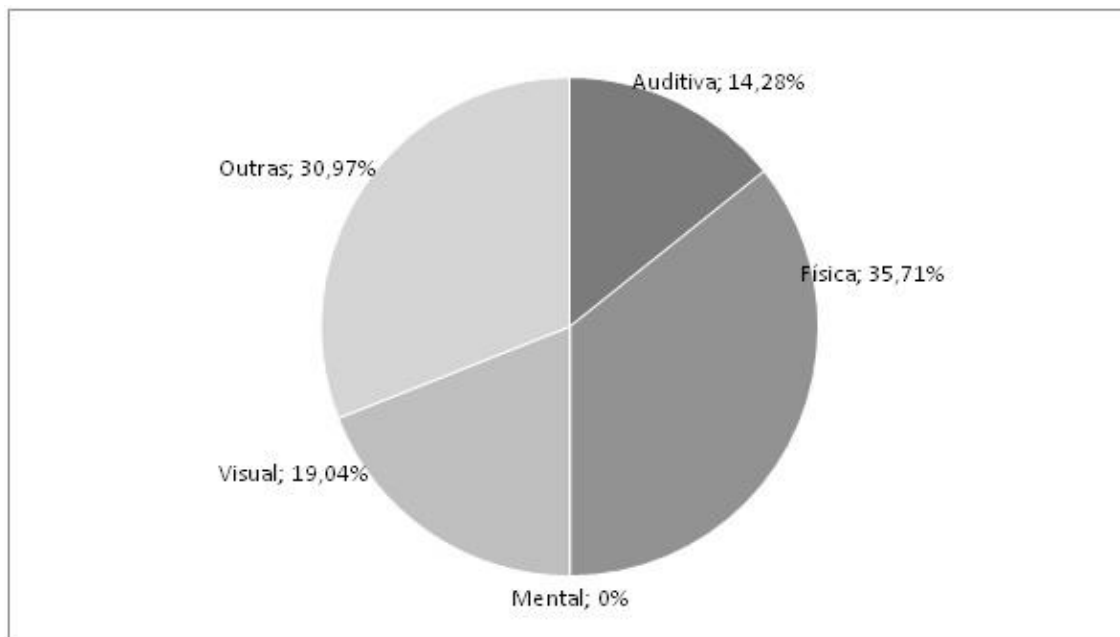
Fonte: Os autores.

**Figura 5** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Bagé da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



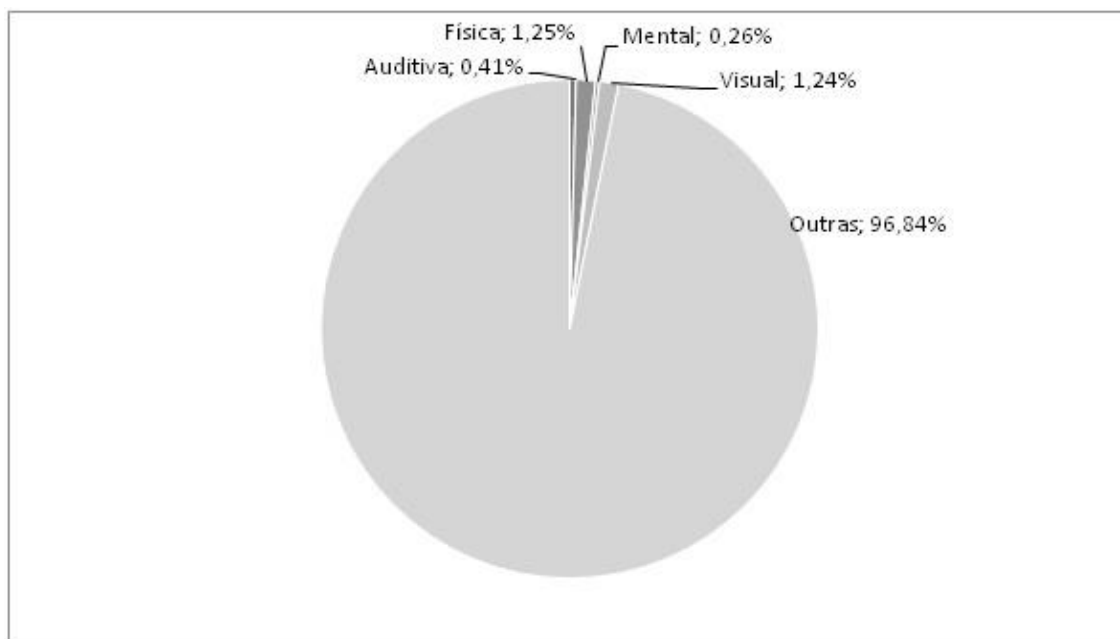
Fonte: Os autores.

**Figura 6** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Caçapava do Sul da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós graduação.



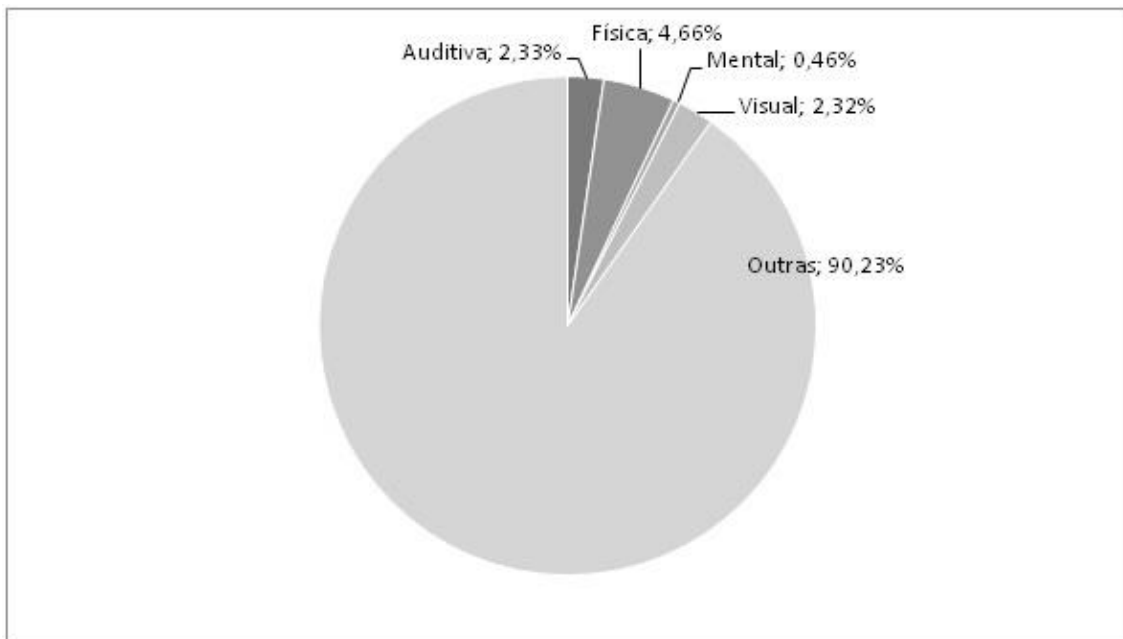
Fonte: Os autores.

**Figura 7** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Dom Pedrito da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



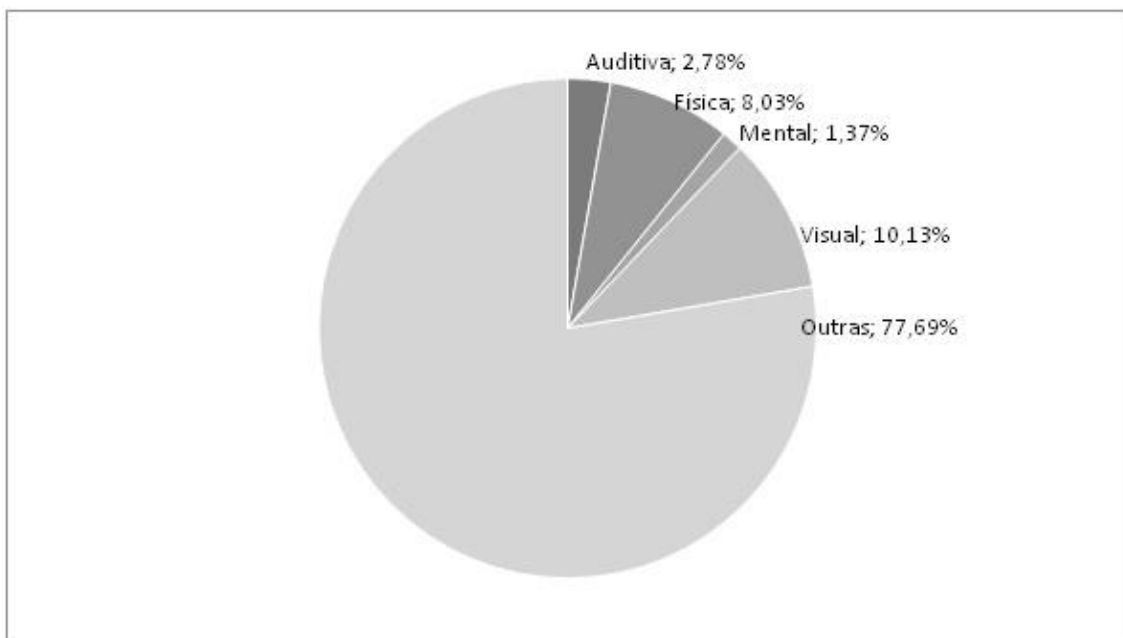
Fonte: Os autores.

**Figura 8** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Itaqui da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



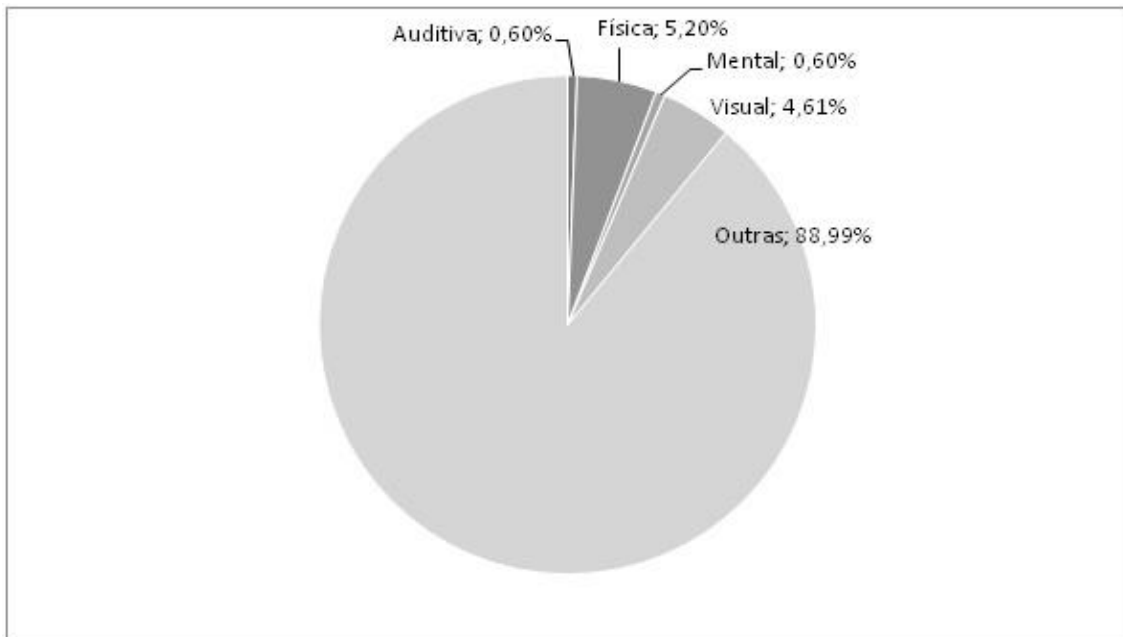
Fonte: Os autores.

**Figura 9** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Jaguarão da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



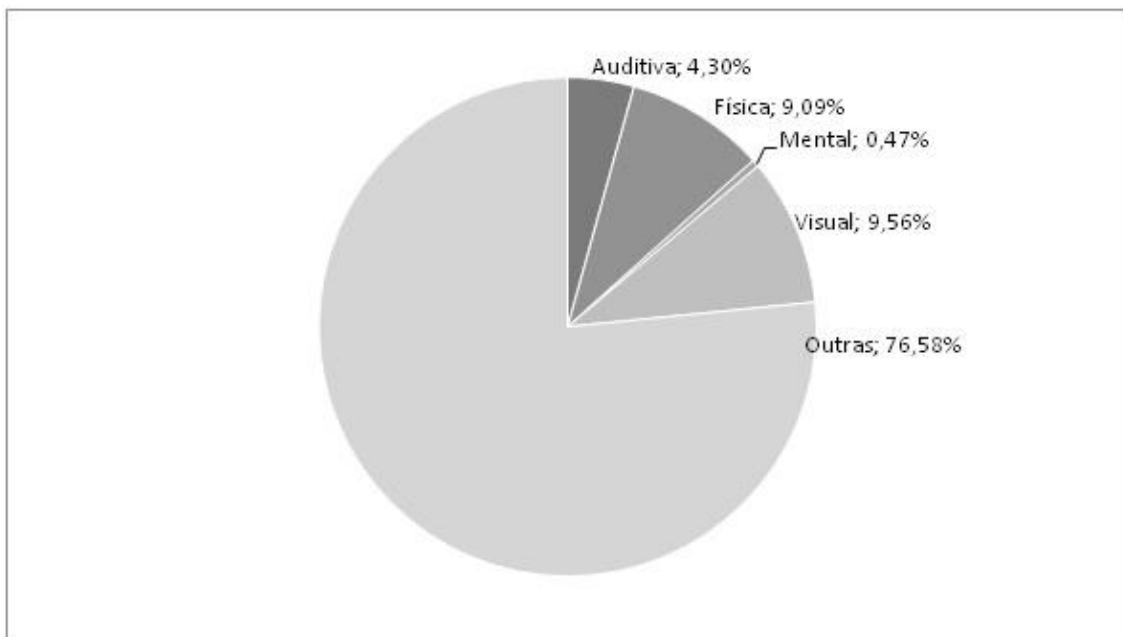
Fonte: Os autores.

**Figura 10** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus Santana do Livramento* da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



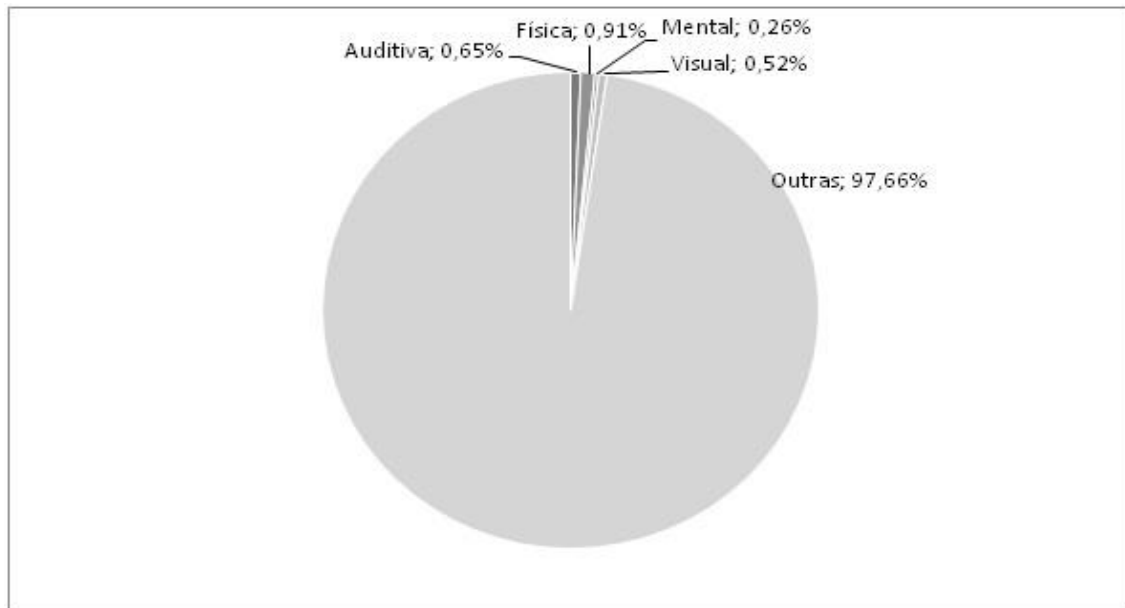
Fonte: Os autores.

**Figura 11** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus São Borja* da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



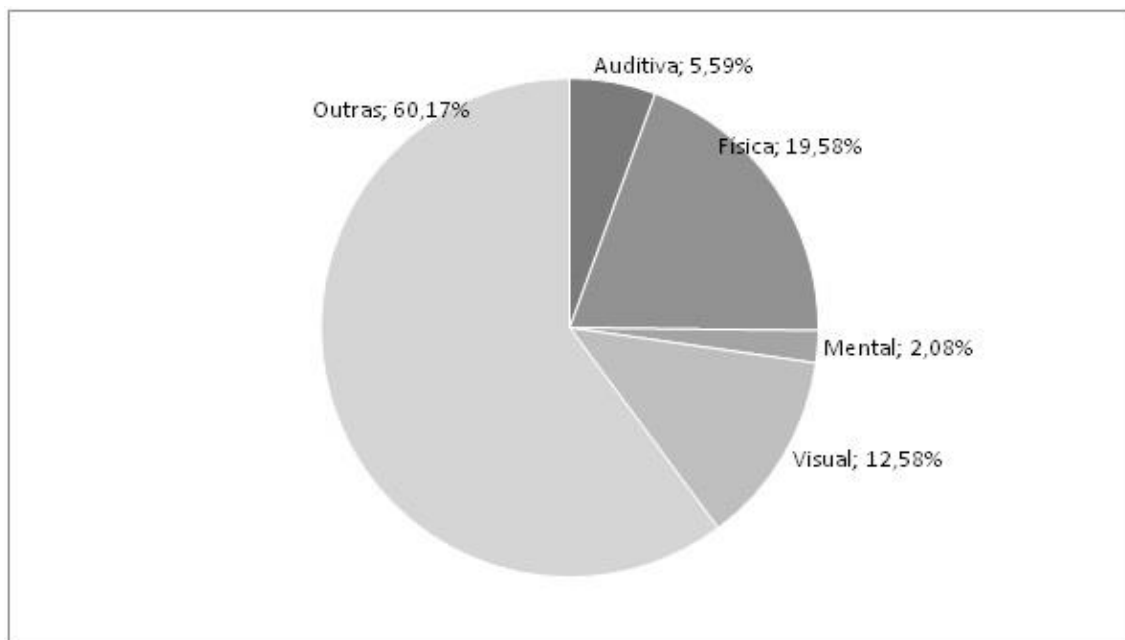
Fonte: Os autores.

**Figura 12** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* São Gabriel da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.



Fonte: Os autores.

**Figura 13** - Percentual de matrículas de PcD em relação ao tipo de deficiência, no período de 2006 a 2018, no *Campus* Uruguaiana da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.

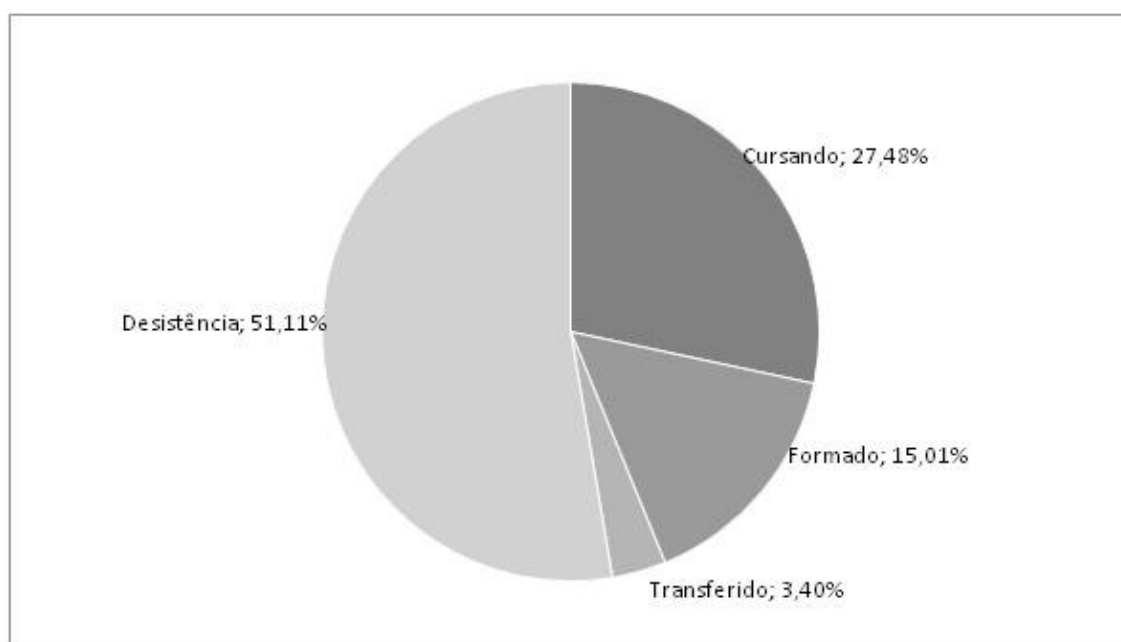


Fonte: Os autores.

De acordo com os resultados observados entende-se que a incidência dos tipos de deficiências auditiva, física, mental e visual, embora em menores valores percentuais em relação a outros tipos de deficiência, são limitantes para os ingressantes, pois necessitam de materiais adaptados e de docentes capacitados para desenvolver metodologias com vistas promover comunicação satisfatória. De acordo com Lima (2006), a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão, pois muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber um aluno com necessidades especiais em sala de aula.

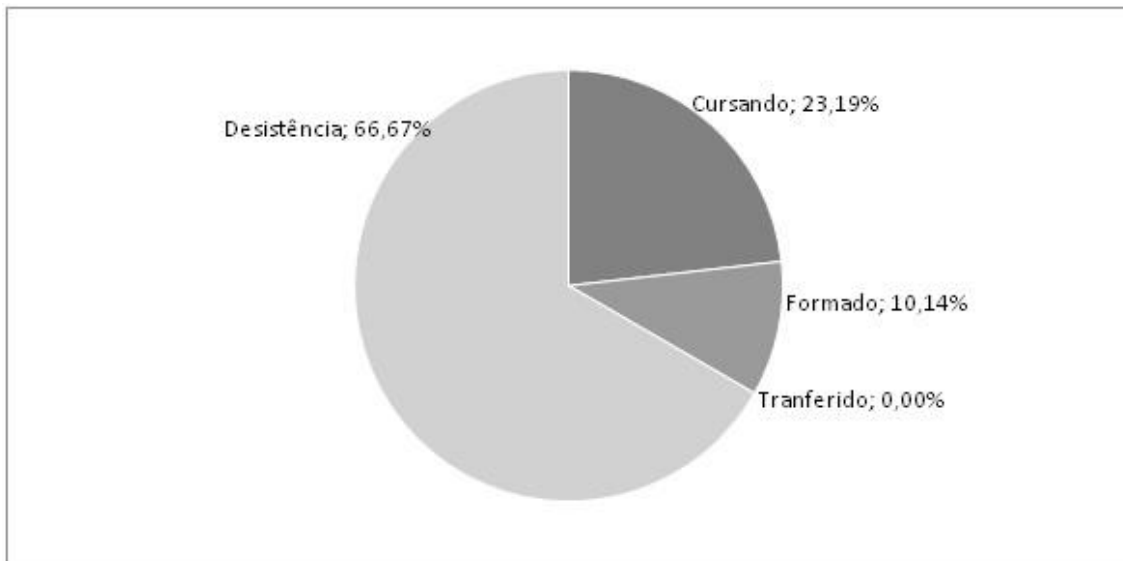
No que se refere à situação acadêmica (cursando, formado, transferido ou desistência) dos discentes PcD, as Figuras 14 a 24 expressam a respectiva situação por *Campus* da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação.

**Figura 14** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD, ingressantes no *Campus* Alegrete da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



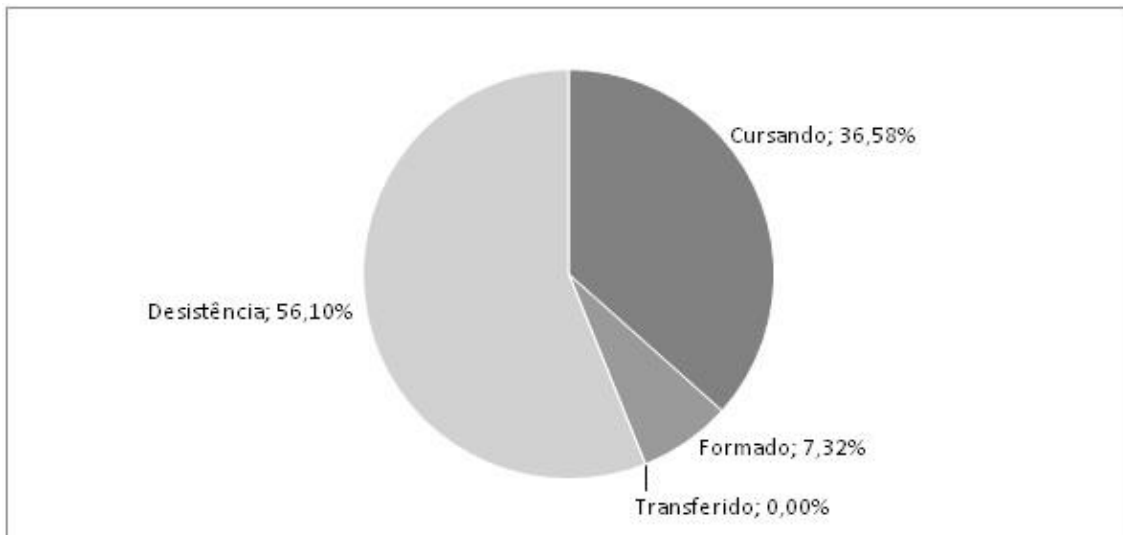
Fonte: Os autores.

**Figura 15** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD, ingressantes no *Campus* Bagé da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



Fonte: Os autores.

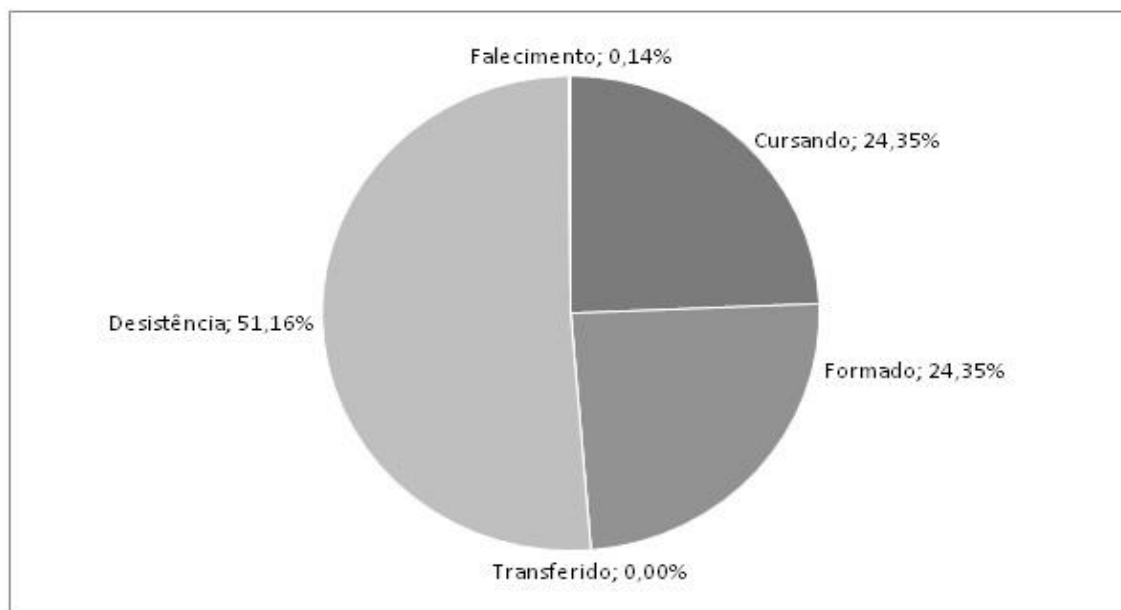
**Figura 16** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* Caçapava do Sul da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação referente ao período de 2006 a 2018.



Fonte: Os autores.

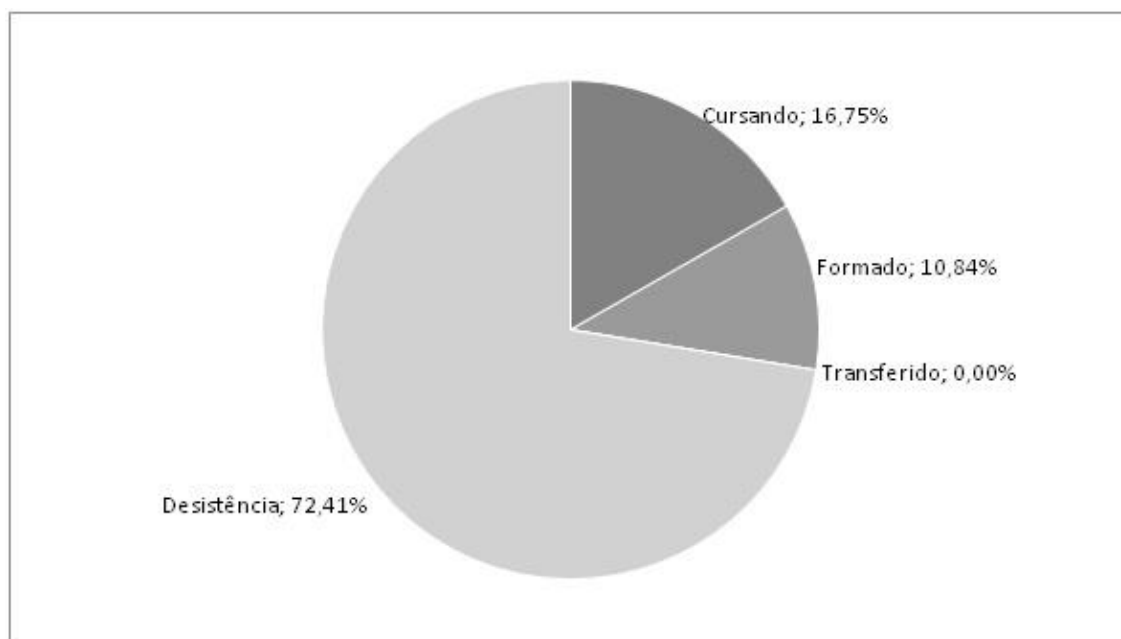


**Figura 17** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* Dom Pedrito, da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



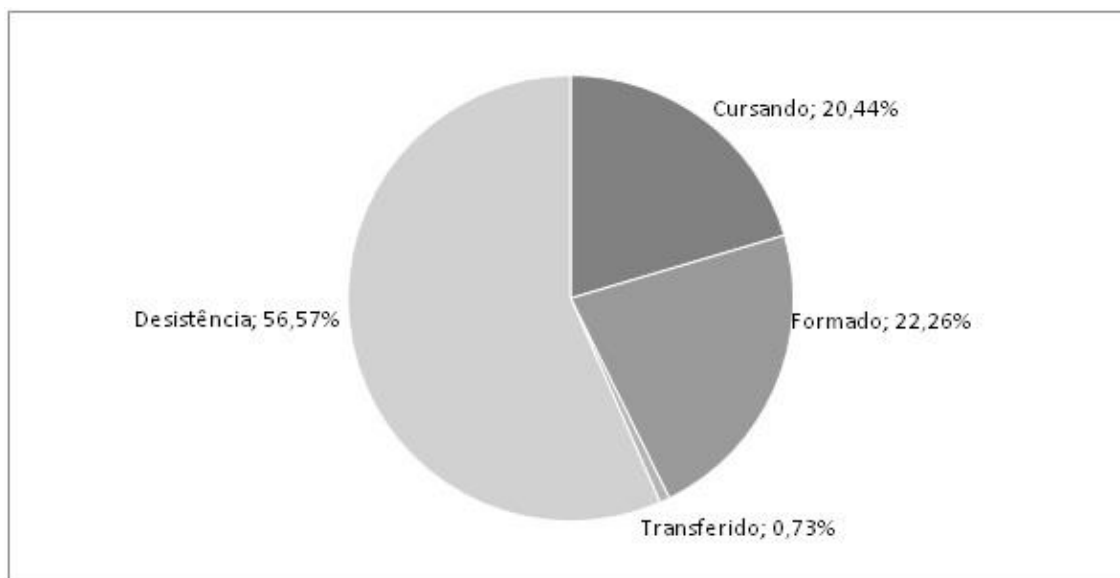
Fonte: Os autores.

**Figura 18** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* Itaqui da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação referente ao período de 2006 a 2018.



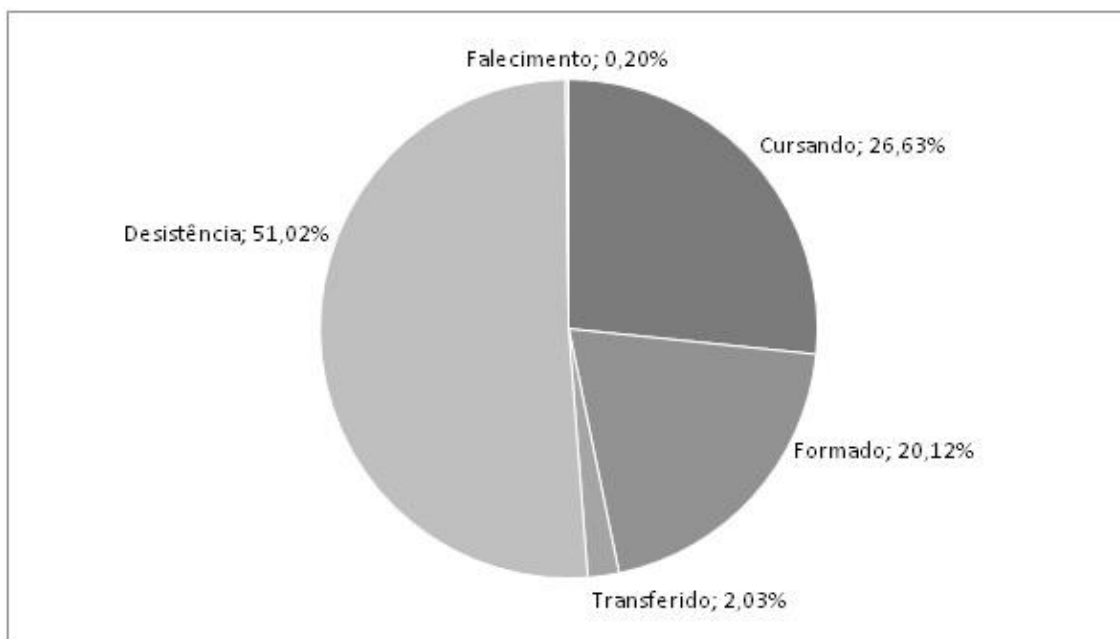
Fonte: Os autores.

**Figura 19** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* Jaguarão da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



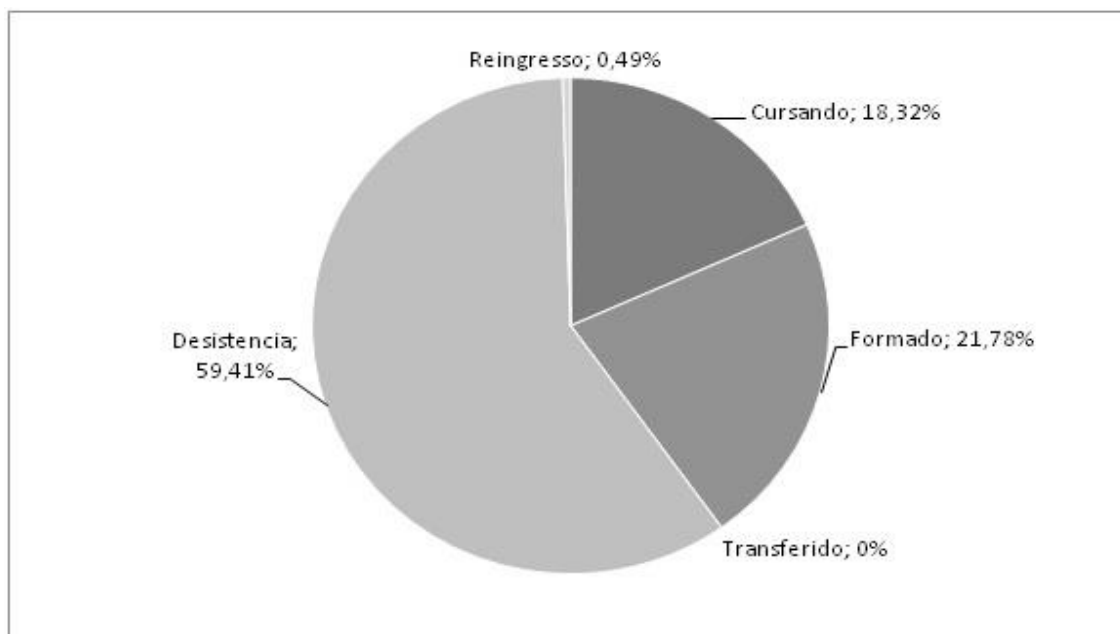
Fonte: Os autores.

**Figura 20** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



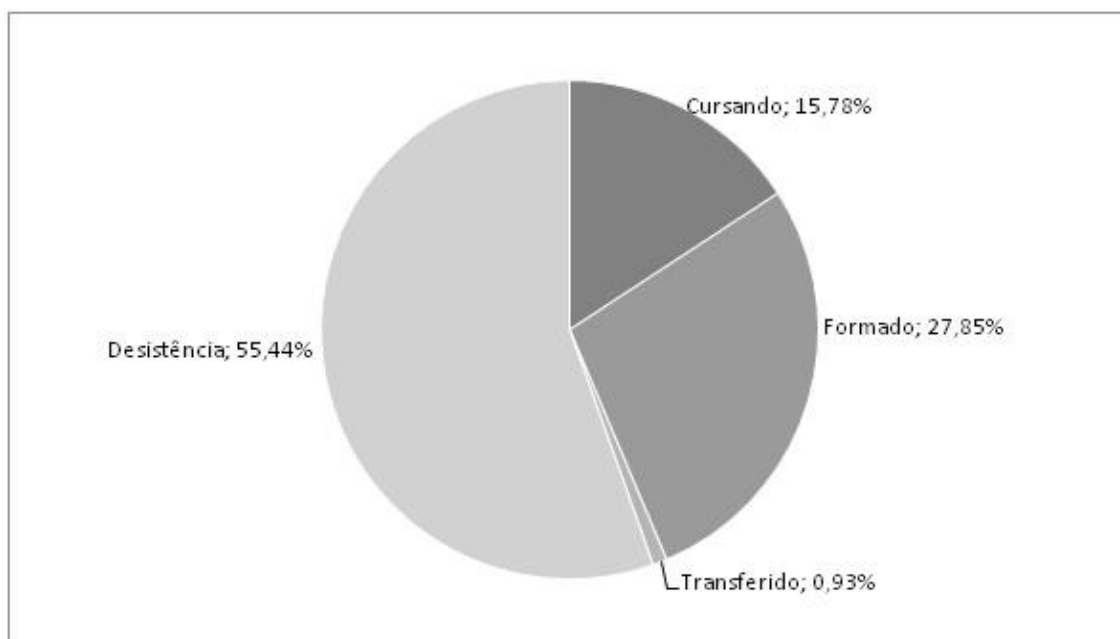
Fonte: Os autores.

**Figura 21** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* São Borja, da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação referente ao período de 2006 a 2018.



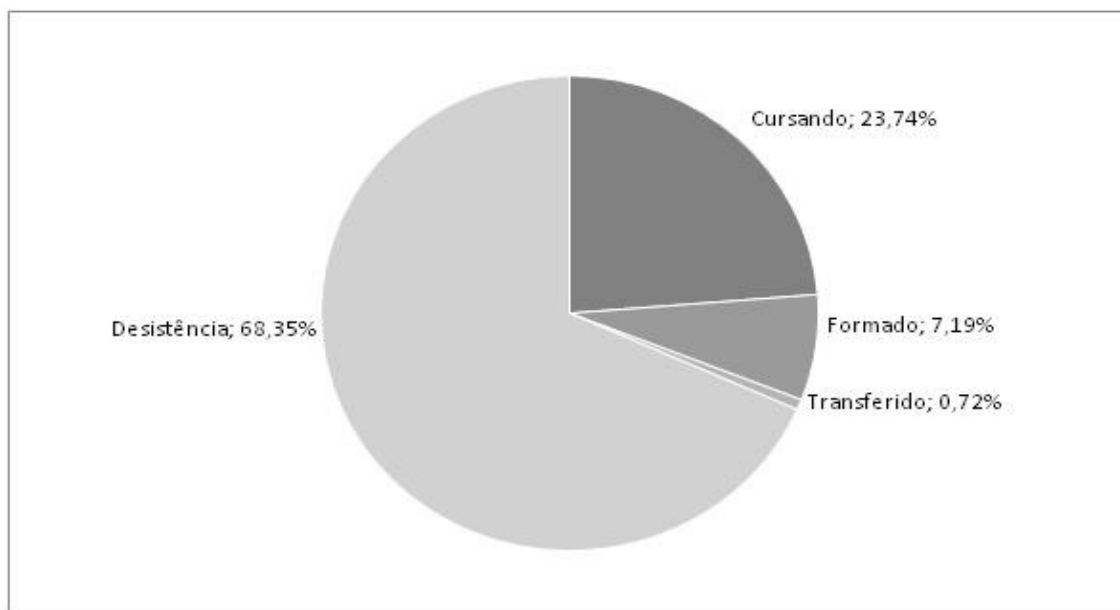
Fonte: Os autores.

**Figura 22** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* São Gabriel, da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



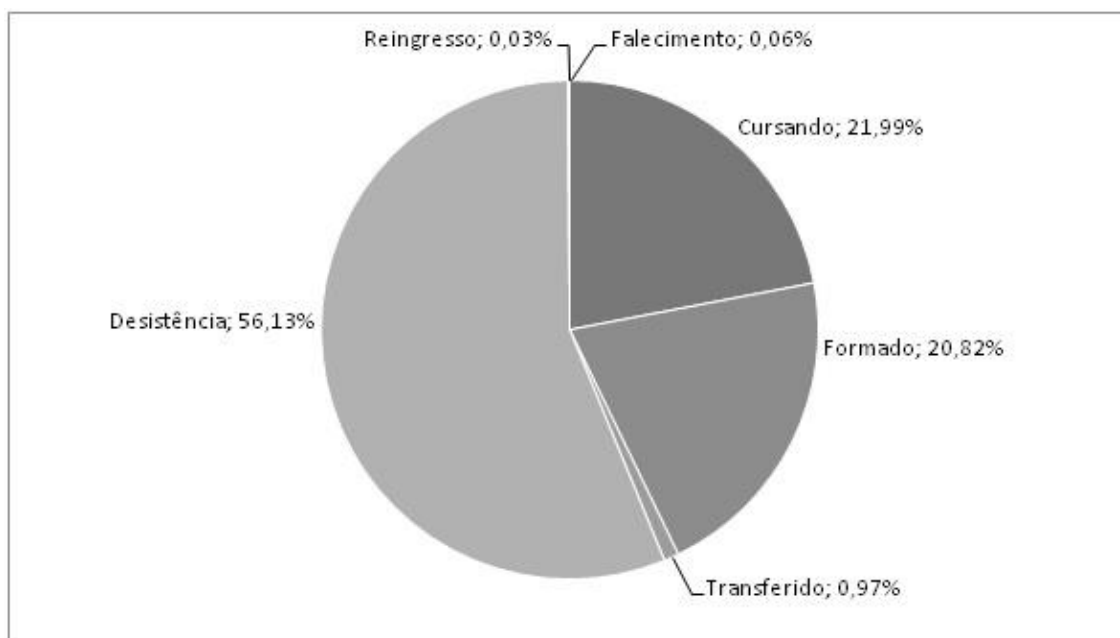
Fonte: Os autores.

**Figura 23** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes no *Campus* Uruguiana da UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



Fonte: Os autores.

**Figura 24** - Situação acadêmica de discentes autodeclarados PcD ingressantes na UNIPAMPA, em cursos de graduação e pós-graduação, referente ao período de 2006 a 2018.



Fonte: Os autores.

Os resultados observados revelam que, em cada *Campus* da Unipampa, o percentual de desistência é quase três vezes maior do que o número de formados e do que discentes autodeclarados PcD em curso. Os percentuais de reingressos e transferências são os menores percentuais em relação às outras situações acadêmicas e o falecimento de estudantes autodeclarados com deficiência ocorreu apenas nos *Campi* de Dom Pedrito e Santana do Livramento. Neste contexto, considerando que, do total de matrículas de ingressantes autodeclarados PcD na UNIPAMPA, 56,13% desistiram do curso, entende-se a importância da investigação sobre quais as razões para a desistência destes discentes. Também se entende a importância de estabelecer a política institucional considerando a formação docente em relação à inclusão e as demandas de infraestrutura, em atenção às necessidades que se estabelecem desde a adaptação de acessos físicos e tecnológicos até as metodologias e recursos didáticos pedagógicos.

Em estudo para verificar o quanto os professores conheciam sobre a perda auditiva na educação de PcD e suas ações com relação à proposta de inclusão, Delgado-Pinheiro e Omote (2010) concluíram que os educadores são favoráveis à inclusão de PcD em classes comuns, no entanto, os docentes apontam para a falta de estrutura, de conhecimento e de condições de atenção em sala de aula, pelo alto número de alunos, com dificuldades desafiadoras.

Oliveira (2013) expressa à reflexão para além das políticas públicas e pressupõe que a questão da inclusão nas instituições de ensino superior não está pronta, mas faz parte de um processo em movimento, em que as políticas de ações que procuram garantir esse direito precisam de constante avaliação para serem bem-sucedidas, pois o ingresso desses estudantes é apenas o primeiro passo de um compromisso que deve buscar ser sustentável, que garanta também sua permanência. Neste sentido, o autor relata que exige um esforço coletivo para que a acessibilidade ultrapasse o nível da legislação e torne-se uma ação concreta que apoie o estudante com deficiência e mostre uma mudança na sua percepção, incluindo os próprios PcD, os quais, nesse estudo, mostraram pouca participação na cultura universitária, não integram redes de sociabilidade e grupos sociais, enfrentando dificuldades quanto à pedagogia acadêmica.

Barbosa-Lima e Gonçalves (2014), em estudo de caso com a formação de um professor de física para deficientes visuais, relatam que na formação de professores de física surgiu a preocupação da formação de docentes capacitados para serem profissionais que sabem lidar com a inclusão, pois ainda é pequeno o número de discentes de licenciatura que se interessam pela disciplina Ensino de Física e Inclusão Social, oferecida pelo Instituto de Física Armando Dias Tavares da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Segundo as

autoras, isso se deve ao fato de que os estudantes de licenciatura não acreditam que deficientes visuais, foco do estudo, possam aprender física.

#### 4. Considerações Finais

Considerando o estudo realizado é possível concluir que:

- a) as políticas públicas nacionais contemplam o direito à educação superior de pessoas com deficiência, na UNIPAMPA, do total de matrículas na graduação e pós-graduação, 8,64% foi de matrículas de autodeclarados PcD durante o período de 2006 a 2018;
- b) a maioria dos discentes autodeclarados PcD (75,48%) se enquadram como “outras” deficiências e neste sentido entende-se a necessidade de sondagem e diagnóstico sobre tais deficiências, assim como o acompanhamento destes discentes;
- c) na UNIPAMPA os tipos de deficiências auditiva, física, mental e visual, embora em menores valores percentuais de ocorrência em relação a outros tipos de deficiência, podem ser limitantes para os ingressantes, pois indica a necessidade de materiais adaptados e de formação docente para desenvolver metodologias com vistas promover comunicação e aprendizagem satisfatória.
- d) 56,13% dos discentes autodeclarados PcD desistiram do curso e neste sentido entende-se a necessidade de investigação sobre quais as razões para a desistência destes discentes;
- e) a reserva de vagas em processos seletivos da UNIPAMPA para ingressantes autodeclarados PcD, na graduação e na pós-graduação, demanda de políticas institucionais de regulação à inclusão, contemplando a formação docente e infraestrutura adequada, que se estabelecem desde a adaptação de acessos físicos e tecnológicos até as metodologias e recursos didáticos pedagógicos.

#### Referências

Amiralian, M. L. T. M., et al. (2000). Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 34(1), 97-103. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000100017> .

Barbosa-Lima, M. da C. de A., & Gonçalves, C. de O. (2014). O ensino não formal e a formação de um professor de física para deficientes visuais. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, 16(2), 167-183. <https://doi.org/10.1590/1983-21172014160209> .

Brasil. *Decreto N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. (1999). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)

Brasil. *Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (1996). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)

Brasil. *Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (2004). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

Brasil. *Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. (2012). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)

Brasil. *Lei N° 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicas de nível médio e superior das instituições federais de ensino. (2016). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)

Delgado-Pinheiro, E. M. C., & Omote, S. (2010). Conhecimento de professores sobre perda auditiva e suas atitudes frente à inclusão. *Revista CEFAC – Speech, Language, Hearing Sciences and Education Journal*. São Paulo, 4(12), 633-640. <https://doi.org/10.1590/S1516-18462010005000024> .

Lima, P. A.. (2006). *Educação Inclusiva e igualdade social*. São Paulo: Avercamp.

Oliveira, C. B. de. (2013). Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 18(55), 961-984, <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000400009> .

Pieczkowski, T. M. Z. (2016). Avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 97 (247), 583-601, <https://doi.org/10.1590/s2176-6681/269030614> .

Reis, L. G. (2010). *Produção de monografia da teoria à prática: o método educar pela pesquisa*. (3a ed.), Brasília: Senac-DF.

Unipampa. *Editais*. Recuperado de [http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat\\_view/39-editais?start=460](http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/39-editais?start=460)

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Carlos Eduardo Benites Fagundes – 35%

Maristela Cortez Sawitzki – 30%

Mariana Nicorena Morari – 20%

Rafael Roehrs – 15%